

Demonstrações financeiras em 30 de junho de 2025 e relatório do auditor independente



# Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas BMW Financeira S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento

### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da BMW Financeira S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB).

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Ênfase – Informações comparativas**

Chamamos a atenção para a Nota 2 às demonstrações financeiras que descreve que as referidas demonstrações foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, considerando a dispensa de apresentação das cifras comparativas nas demonstrações financeiras do semestre findo em 30 de junho de 2025 conforme previsto na Resolução nº 4.966 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e na Resolução nº 352 do Banco Central do Brasil (BCB). Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.



# Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Instituição é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:



- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de agosto de 2025

PricewaterhouseCoopers

Auditores Independentes Ltda.

Pricewoterhouse Coopers

CRC 2SP000160/O-5

Ricardo Barth de Freitas CRC 1SP235228/O-5

### RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Administração da BMW Financeira S.A. – CFI submete à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras, acompanhadas das Notas Explicativas e Relatório dos Auditores Independentes correspondentes ao semestre findo em 30 de junho de 2025.

### **ATIVOS TOTAIS**

Os ativos totais atingiram, em 30 de junho de 2025, o montante de R\$ 3.813.393 mil.

### **OPERAÇÕES DE CRÉDITO**

A BMW Financeira S.A. - CFI desenvolve políticas e estratégias para o Gerenciamento do Risco de Crédito de forma a garantir que as provisões sejam estabelecidas de forma adequada ao grau de risco dos clientes. Além disso, monitora de forma recorrente, os valores de garantias contratuais e o comportamento dos contratos em carteira.

A carteira de Operações de Crédito atingiu o montante de R\$ 3.716.073 mil em 30 de junho de 2025.

Em 01 de janeiro de 2025 entrou em vigor novas normas acerca das provisões para perdas esperadas e os impactos não foram relevantes e estão descritos na nota 2.

A Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito atingiu o montante de R\$ 73.066 mil em 30 de junho de 2025.

### PATRIMÔNIO LÍQUIDO E RESULTADO

O Patrimônio Líquido total atingiu, em 30 de junho de 2025, o montante de R\$ 609.532 mil.

A BMW Financeira S.A. – CFI encerrou o semestre em 30 de junho de 2025 com um lucro líquido de R\$ 39.571 mil.

### REMUNERAÇÃO DOS ACIONISTAS

Aos acionistas está assegurado um dividendo mínimo de 1% sobre o lucro líquido do exercício, ressalvada a ocorrência da hipótese prevista no parágrafo 3º do art. 202 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, que prevê a possibilidade de retenção de todo o lucro pela BMW Financeira S.A. – CFI.

A Administração 25 de agosto de 2025

### BALANÇO PATRIMONIAL EM 30 DE JUNHO DE 2025

### (Em milhares de Reais)

		jun/25	PASSIVO	Notas	jun/25
Caixa e equivalente de caixa	Nota 4	36.525	Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado		761.054
Ativos financeiros			Empréstimos no exterior Instrumentos financeiros derivativos	Nota 8 Nota 5	758.692 2.362
					5
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado		7.261	Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado		2.314.145
Instrumentos financeiros derivativos	Nota 5	7.261	Depósitos interfinanceiros	Nota 7	63.530
			Depósitos a prazo	Nota 7	2.250.615
Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado		3.643.007			
Operações de crédito - financiamentos	Nota 6	3.716.073	Obrigações fiscais diferidas	Nota 10	2.961
(-) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	Nota 6	(73.066)			
			Outros passivos		125.881
Crédito tributário	Nota 10	66.070	Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	Nota 13 - J	2.320
			Fiscais e previdenciárias	Nota 13 - J	37.083
Ativos imobilizados		585	Provisão para passivos contingentes	Nota 11	5.378
Outras imobilizações de uso	Nota 3 - F	2.590	Outras obrigações - diversas	Nota 13 - J	81.100
Depreciações acumuladas	Nota 3 - F	(2.005)	0.,		
	-				
Ativos intangíveis		1.501	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		609.352
Ativos intangíveis	Nota 3 - F	2.685	Capital social		354.296
Amortizações acumuladas	Nota 3 - F	(1.184)	De domiciliados no exterior	Nota 9	254.296
		( )/	Aumento de Capital	Nota 9	100.000
Outros ativos		58.444	•	· ·	
Outros créditos - diversos	Nota 13 - I	57.699	Reserva de lucros		255.056
Despesas antecipadas	110111111111111111111111111111111111111	745	Reserva legal	Nota 9	24.691
- oop ood arrowspan		743	Reservas de lucros	Nota 9	192.048
			Lucros acumulados	Nota 9	38.317
				,	30-7
TOTAL DO ATIVO		3.813.393	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		3.813.393

### DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2025

(Em milhares de Reais, exceto lucro por ação)

	Notas	2025	
		1º Semestre	
RECEITAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		292.695	
Operações de crédito	Nota 6 - F	279.032	
Resultado de aplicações interfinanceiras de liquidez		6.903	
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	Nota 6 - D	6.760	
DESPESAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		(183.600	
Operações de captação no mercado	Nota 7 - D	(128.223	
Operações de empréstimos e repasses	Nota 8	(7.439	
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	Nota 5 - A	(47.938	
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		109.095	
RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS		(38.859	
Rendas de prestação de serviços e tarifas bancárias	Nota 13 - K	2.280	
Despesas de pessoal	140ta 13 - K	(14.94)	
Outras despesas administrativas	Nota 13 - L	(19.892	
Despesas tributárias	Nota 13 - M	(5.62)	
Outras receitas operacionais	Nota 13 - N	7.322	
Outras despesas operacionais	Nota 13 - O	(8.007	
RESULTADO OPERACIONAL		70.236	
RESULTADO NÃO OPERACIONAL		(4	
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO		70.232	
•			
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUICAO SOCIAL		(30.661	
Provisão para imposto de renda	Nota 10	(19.640	
Provisão para contribuição social	Nota 10	(11.669	
Ativo/(passivo) fiscal diferido	Nota 10	648	
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE		39.571	
LUCRO DO SEMESTRE POR ACÃO - EM R\$		0,2139	

### DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2025

(Em milhares de Reais)

	Notas	2024
		1º Semestre
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE		39.571
Outros resultados abrangentes		-
RESULTADO ABRANGENTE DO SEMESTRE		39.57

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

# DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE ${f 2025}$

(Em milhares de Reais)

	Capital social		Reservas de Lucros			
	Capital integralizado	Aumento de Capital	Reserva legal	Reservas de lucros	Lucros acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	254.296	-	22.713	293.940		570.949
Ajustes de adoção inicial da Resolução 4.966 (Nota 2 - I)	-	-	-	(1.892)	-	(1.892)
SALDOS EM 01 DE JANEIRO DE 2025	254.296	-	22.713	292.048	-	569.057
Lucro líquido do semestre		-	-	-	39.571	39.571
Aumento de Capital (Nota 9 - A)	-	100.000	-	(100.000)	-	-
Destinações do lucro:						
Reserva legal	-	-	1.978	-	(1.978)	-
Reversão de dividendos provisionados (Nota 9 - B)				-	724	724
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2025	254.296	100.000	24.691	192.048	38.317	609.352
MUTAÇÕES DO SEMESTRE	-	100.000	1.978	(101.892)	38.317	38.403

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

### DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2025

(Em milhares de Reais)

	1º Semestre 2025
ATIVIDADES OPERACIONAIS	
TATA DESCRIPTION AND THE PROPERTY OF THE PROPE	
Lucro líquido do semestre	39.571
Ajustes ao lucro líquido	451
Amortizações e depreciações	362
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito Variação cambial de empréstimos no exterior	(6.760
variação cambiai de emprestimos no exterior Provisão para passivos contingentes	7.439 58
Impostos diferidos	(648
Variações patrimoniais	(100.083
(Aumento) Redução em ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado (instrumentos financeiros derivativos)	47.739
(Aumento) Redução em ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado (operações de crédito)	18.223
(Aumento) Redução em outros ativos (outros créditos) (Aumento) Redução em outros ativos (despesas antecipadas)	73.442
Aumento (Redução em outros atrvos (despesas antecipadas)  Aumento (Redução) em passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado (depósitos)	(745 48.025
Aumento (Redução) em passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado (obrigações por empréstimos e	40.020
repasses)	(200.332
Aumento (Redução) em outros passivos (outras obrigações)	(86.435
Caixa líquido originado (aplicado) das atividades operacionais	(60.061)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	
aquisição (Baixa) de imobilizado de uso	100
Baixa de depreciação acumulada	(106
Aquisição (Baixa) de intangível	(44
Caixa líquido originado (aplicado) das atividades de investimentos	(50
AUMENTO/(REDUÇÃO) LÍQUIDO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(60.111
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre	96.636
	36.525
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre	

# Notas explicativas às demonstrações financeiras Em 30 de junho de 2025

# (Em milhares de reais)

### 1 Contexto operacional

A BMW Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento ("Instituição") pertence ao Grupo BMW. A Instituição foi criada em 21 de dezembro de 2000 e teve sua constituição homologada pelo Banco Central do Brasil em 24 de abril de 2001, iniciando suas operações em 2 de julho de 2001.

A Instituição tem por objetivo principal atender aos clientes na realização de financiamento para aquisição de bens e serviços, nas modalidades de Crédito Direto ao Consumidor (CDC) e "Floorplan".

"Floorplan" é um produto financeiro de curto prazo que tem como objetivo o financiamento de estoque de veículos da rede de concessionárias BMW fornecido pela BMW do Brasil Ltda.

As operações são conduzidas no contexto do conjunto de empresas integrantes do Grupo BMW, inclusive a BMW do Brasil Ltda e BMW Manufacturing Indústria de Motos da Amazonia Ltda, as quais atuam de forma integrada no mercado. As demonstrações financeiras devem ser analisadas nesse contexto.

### 2 Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras

### a) Apresentação das demonstrações financeiras

As práticas contábeis adotadas para a contabilização das operações e para a elaboração das demonstrações financeiras emanam da Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76, considerando as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e pela Lei nº 11.941/09, associadas às normas e instruções do Banco Central do Brasil (BACEN), consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF).

A Instituição optou pela não apresentação dos saldos comparativos aos períodos anteriores, conforme dispensa pela Resolução CMN nº 4.966/2021, artigo 79.

As demonstrações financeiras foram aprovadas para emissão pela diretoria em 25 de agosto de 2025.

### b) Novas normas que entraram em vigor em 2025

As normas e interpretações relacionadas abaixo, aplicáveis à Instituição, entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025.

### I - Resolução CMN nº 4.966/2021 e correlatas

A Resolução CMN nº 4.966/21 foi emitida no dia 25 de novembro de 2021 com o objetivo de harmonizar as normas internacionais de contabilidade para instrumentos financeiros (IFRS 9 – Instrumentos financeiros) com as normas locais do Banco Central do Brasil. A norma dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Estabelece procedimentos contábeis a serem observados na classificação, reconhecimento e mensuração dos instrumentos financeiros de acordo com o modelo de negócios, incluindo o reconhecimento de juros em caso de atraso, reconhecimento da taxa efetiva de juros contratual,

# Notas explicativas às demonstrações financeiras Em 30 de junho de 2025

# (Em milhares de reais)

baixa para prejuízo e reconhecimento da provisão com base na perda esperada.

A adoção foi aplicada prospectivamente e os impactos estão demonstrados nos saldos de 2025.

Os impactos quantitativos da adoção inicial do modelo para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, geraram uma redução do patrimônio líquido de R\$ 1.892, líquido de efeitos tributários. A Instituição não realizou reclassificação de instrumentos financeiros entre as categorias de custo amortizado ou valor justo no resultado durante o primeiro semestre de 2025.

# II - Resolução CMN nº 4.975/21 e atualizações trazidas pela Resolução CMN nº 5.101/2023

Estabelece a observância ao Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) o6 (R2) - Arrendamentos, no reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil a partir de 1º de janeiro de 2025.

A Instituição adotou a norma de forma prospectiva, conforme § 5º da referida Resolução, para os contratos a serem celebrados a partir de janeiro de 2025. No primeiro semestre de 2025, não foram celebrados contratos novos e não ocorreram alterações nos contratos existentes, portanto não há impactos da adoção da norma nos saldos contábeis em 30 de junho de 2025.

### III - Lei Federal nº 14.467/22

Quanto aos aspectos fiscais relacionados à aplicação dos critérios contábeis estabelecidos na Resolução CMN nº 4.966/2021, a Lei nº 14.467/2022 (com as alterações da Lei nº 15.078/2024) estabeleceu o tratamento tributário no recebimento de créditos decorrentes das atividades das instituições financeiras e demais autorizadas a funcionar pelo BACEN. A partir de 1º de janeiro de 2025, as instituições poderão deduzir, na determinação do lucro real e da base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), as perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes de atividades relativas a operações inadimplidas, independentemente da data da sua contratação a dedução fiscal estabelecida deverá observar a perda incorrida segundo os percentuais estabelecidos com base no período de inadimplemento.

A partir do mês de janeiro de 2026, as perdas apuradas sobre os créditos que se encontravam inadimplidos em 31 de dezembro de 2024, ainda não deduzidas fiscalmente até essa data, poderão ser excluídas do lucro líquido, na determinação do lucro real e da base de cálculo da CSLL, à razão de 1/84 (um oitenta e quatro avos) para cada mês do período de apuração, sendo permitido ainda que as instituições optem, até 31 de dezembro de 2025, de forma irrevogável e irretratável, por fazer as deduções à razão de 1/120 ao mês. Através de premissas internas levadas em consideração para projeção de resultado da Instituição, é esperada que a utilização dos créditos tributários devida das perdas apuradas em 31 de dezembro de 2024 ocorra em 84 meses a partir de janeiro de 2026.

Os efeitos decorrentes da aplicação da Lei nº 14.467/2022 estão refletidos na expectativa de realização dos créditos tributários e passivos fiscais diferidos, demonstrados na Nota 10.

# Notas explicativas às demonstrações financeiras Em 30 de junho de 2025

# (Em milhares de reais)

### IV - Resolução CMN nº 5.199/2024

Alterou a Resolução CMN nº 4.955 ao instituir cronograma de transição para a incorporação dos impactos no capital regulatório, de janeiro de 2025 a dezembro de 2027, em linha com as recomendações do Comitê de Basileia. Estabelece adição ao capital principal do valor absoluto do ajuste negativo registrado no Patrimônio Líquido decorrente da aplicação do novo modelo de provisionamento de perdas associadas ao risco de crédito. Não foram identificados impactos relevantes.

### c) Novas normas emitidas com vigência futura

### I - Resoluções CMN nº 5.100/2023 e 5.146/2024

Alteram dispositivos da Resolução CMN nº 4.966/21 estabelecendo novos critérios para contratos renegociados e a vigência para os requisitos aplicáveis à contabilidade de hedge para 1º de janeiro de 2027.

### 3 Principais políticas contábeis

### a) Apuração dos resultados

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério pro rata dia para as de natureza financeira.

### b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são compostos pelas disponibilidades e aplicações financeiras com alta liquidez e risco insignificante de mudança de valor e prazo inferior a 90 dias.

### c) Instrumentos Financeiros

### I - Classificação, mensuração e baixa dos ativos financeiros

Para fins de classificação contábil, ao realizar uma operação ativa, inicialmente esta é avaliada pelo seu modelo de negócio e é efetuada avaliação do teste de SPPI (*Solely Payments of Principal and Interests*), constatando para cada tipo de ativo a capacidade contratual de coleta de todos os fluxos de caixa da operação (principal + juros). Contudo, dependendo do tipo de ativo é preciso obedecer às regras especificas definidas pelo regulador.

O objetivo do teste SPPI é avaliar os termos contratuais dos instrumentos financeiros para determinar se dão origem a fluxos de caixa em datas específicas que se enquadram como somente pagamento de principal e juros sobre o montante principal.

Os instrumentos podem ser classificados como:

 VJORA (mensurados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes): São os instrumentos financeiros que atendam ao critério do teste SPPI, cujo objetivo seja tanto manter os ativos para receber os fluxos de caixa contratuais quanto para venda.

# Notas explicativas às demonstrações financeiras Em 30 de junho de 2025

# (Em milhares de reais)

- **Custo amortizado:** São os instrumentos financeiros que atendam ao critério do teste SPPJ, cujo objetivo seja apenas manter os ativos para receber os fluxos de caixa contratuais. São demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo os rendimentos e as variações monetárias auferidos.
- VJR (mensurados a valor justo por meio do resultado): Os instrumentos financeiros que não se enquadrarem nos conceitos do teste SPPI são mensurados a VJR, como por exemplo, os derivativos.

Para adoção inicial da norma, a Instituição formalizou documento contendo o modelo de negócios em linha com a sua estratégia.

Para os instrumentos financeiros geridos pela Instituição, foram adotadas as seguintes classificações:

- Ativos financeiros: Todos ativos financeiros são geridos no intuito de receber os fluxos de caixa contratuais através do pagamento do montante principal adicionado dos juros sobre o principal, sendo classificados assim como custo amortizado, sendo a exceção os derivativos, classificados como valor justo no resultado; e
- Passivos financeiros: Todos os passivos financeiros geridos são classificados como custo amortizado, sendo a exceção as captações em moeda estrangeira (objeto de Hedge Nota 8) e os derivativos, classificados como valor justo no resultado.

Para apuração da taxa de juros efetiva, a partir de 01 de janeiro de 2025, descrita no capítulo II da Resolução BCB nº 352/23, a Instituição optou pela utilização da metodologia diferenciada, disposta no Art. 75 da Resolução mencionada, considerando como acréscimo aos ativos financeiros todos os custos possíveis de atribuição direta ao contrato, como comissões pagas aos concessionários, e, como redutor, o montante recebido na originação da operação, como tarifas cobradas no início do contrato e subsídios recebidos. Os montantes pagos ou recebidos referentes aos ativos financeiros até 31 de dezembro de 2024 não foram incorporados retroativamente.

A Administração, embasada nos estudos técnicos estatísticos relacionados aos prazos de não recebimento dos ativos financeiros, definiu o prazo de 360 dias para que o ativo tenha sua devida baixa para prejuízo.

A Instituição, à luz do Art. 3º da Resolução CMN nº 4.966/2021, alterou o critério e a quantidade de dias de cessação do reconhecimento de juros de contratos com atraso, passando de 60 dias para acima de 90 dias de atraso.

### II - Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito

A Instituição adotou a metodologia simplificada para apuração da provisão para perdas esperadas, seguindo os pisos mínimos definidos na Resolução BCB nº 352/23, as quais são consideradas como incorridas, e que possuem sua alíquota de aplicação baseada na garantia atrelada ao ativo financeiro. Adicionalmente, a Instituição mantém controles internos para análise da necessidade de constituição de provisão adicional para fazer face à totalidade da perda esperada, conforme disposto no Art. 78 da Resolução BCB nº 352/23.

# Notas explicativas às demonstrações financeiras Em 30 de junho de 2025

# (Em milhares de reais)

### III - Ativos financeiros renegociados ou reestruturados

**Ativos financeiros renegociados:** referem-se a ativos que sofreram alterações nas condições originalmente acordadas ou que foram substituídos por outros, com liquidação ou refinanciamento parcial ou integral da obrigação original, sem decorrência de deterioração da qualidade creditícia.

**Ativos financeiros reestruturados:** são ativos que foram renegociados e que resultaram em concessões significativas à contraparte, em função de uma deterioração relevante de sua qualidade creditícia, as quais não seriam concedidas caso não ocorresse tal deterioração. Nesses casos, o reconhecimento de juros futuros é suspenso (stop accrual), caracterizando o ativo como problemático.

### d) Instrumentos financeiros derivativos

A Instituição somente realiza operações com instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições ao risco de mercado.

Os instrumentos financeiros derivativos são avaliados pelo seu valor de mercado, com critérios consistentes e verificáveis, considerando o preço médio de negociação no dia da apuração, ou, na falta deste, metodologias convencionais.

Os instrumentos financeiros derivativos são classificados de acordo com a intenção da Administração, levando-se em consideração a sua finalidade. Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para compensar, no todo ou em parte, os riscos decorrentes das exposições às variações no valor de mercado de ativos ou passivos são considerados instrumentos de proteção ("hedge") e são classificados de acordo com a sua natureza em:

- i. Hedge de risco de mercado Os instrumentos financeiros derivativos classificados nessa categoria, bem como o item objeto de "hedge", tem seus ajustes a valor de mercado registrados em contrapartida ao resultado do período; e
- ii. Hedge de fluxo de caixa Os instrumentos financeiros derivativos classificados nesta categoria têm seus ajustes a valor de mercado registrados em conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários.

Os instrumentos financeiros derivativos que não atendam aos critérios de hedge têm seus ajustes a valor de mercado registrados diretamente no resultado do período.

### e) Instrumentos financeiros para proteção (Hedge Accounting)

No momento da designação inicial do hedge, a Instituição formalmente documenta o relacionamento entre os instrumentos de hedge e os itens objeto de hedge, incluindo os objetivos de gerenciamento de riscos e a estratégia na condução da transação de hedge, juntamente com os métodos que serão utilizados para avaliar a efetividade do relacionamento de hedge, considerando métodos de cálculo convencionais. A Instituição faz uma avaliação, tanto no início do relacionamento de hedge, como continuamente, se existe uma expectativa que os instrumentos de hedge sejam altamente eficazes na compensação de variações no valor de mercado dos respectivos itens objeto e hedge durante o período para o qual o hedge é designado, e se os resultados reais de cada hedge estão dentro da faixa de 80% a 125%.

O item objeto de hedge (Nota 8) também é ajustado a mercado produzindo efeitos no resultado.

# Notas explicativas às demonstrações financeiras Em 30 de junho de 2025

# (Em milhares de reais)

### f) Imobilizado de uso e intangível

Conforme disposto nas Resoluções nº 4.534/16 e 4.535/16, os intangíveis e imobilizados são reconhecidos pelo valor de custo, que compreende o preço de aquisição ou construção à vista, impostos de importação, impostos não recuperáveis e demais custos diretamente atribuíveis necessários para colocar o ativo no local e condição para o seu funcionamento, e estimativa inicial dos custos de desmontagem e remoção do ativo e de restauração do local em que está localizado. A amortização ou depreciação corresponde ao valor depreciável dividido pela vida útil do ativo, calculada de forma linear, a partir do momento em que o bem estiver disponível para uso, e reconhecida mensalmente em contrapartida à conta específica de despesa operacional. Considera-se vida útil, o período durante o qual a Instituição espera utilizar o ativo. Os ativos da Instituição são compostos das rubricas abaixo:

Instalações10 anosMóveis e Equipamentos10 anosMobiliário10 anosEquipamentos de Processamento de Dados5 anosSistemas de Processamento de Dados5 anos

### g) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda é computado à alíquota de 15%, mais adicional de 10% sobre o lucro anual excedente a R\$ 240, ou seja, R\$ 120 no semestre e, a contribuição social à alíquota de 15%, considerando para fins de apuração das bases de cálculo a legislação vigente pertinente a cada encargo.

Os valores registrados no ativo, na rubrica "Outros créditos - créditos tributários", foram constituídos sobre diferenças temporárias (Vide nota explicativa nº 10b).

Os ativos e passivos fiscais diferidos foram constituídos à alíquota de 25% e 15% para provisão para para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, marcação a mercado em operações com derivativos (SWAP) e outras provisões operacionais, estando registrados contabilmente de acordo com os critérios estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.842/20, Instrução CVM nº 371/02, Lei nº 14.467/22 e Lei nº 15.078/24.

### h) Contingências

Para a constituição de provisão para passivos contingentes, adota-se critério de classificação das contingências em remotas, possíveis e prováveis, em conformidade com o CPC 25, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/09.

A possibilidade de ocorrência de perda é calculada por avaliação jurídica e a constituição se dá pelo valor das contingências classificadas como prováveis e/ou obrigações legais, dispensando o aprovisionamento das contingências classificadas como possíveis e remotas. As contingências classificadas como possíveis são apresentadas em nota explicativa, mas sem registro de provisão conforme requisitado pela norma.

### i) Lucro por ação

É calculado com base na quantidade de ações existentes nas datas dos balanços.

# Notas explicativas às demonstrações financeiras Em 30 de junho de 2025

# (Em milhares de reais)

### j) Mensuração ao valor justo

A Instituição classifica os instrumentos financeiros mensurados a valor justo de acordo com a hierarquia estabelecida no Pronunciamento Técnico CPC 46 - Mensuração do Valor Justo aprovado pela Resolução CMN nº 4.748/19.

### i. Hierarquia de valor justo:

O valor justo é determinado de acordo com a seguinte hierarquia:

Nível 1: Instrumentos financeiros com referência de preços em mercados organizados e com elevada liquidez. Neste nível estão derivativos listados e outros títulos negociados do mercado ativo.

Nível 2: Instrumentos financeiros em que o valor justo é calculado com o uso de modelos reconhecidos que utilizam dados baseados em parâmetros de mercado observáveis, utilizando-se técnicas de avaliação em que as variáveis utilizadas incluem apenas dados de mercado observáveis, sobretudo índices e moedas.

Nível 3: Instrumentos financeiros em que o valor justo é calculado com base em modelos desenvolvidos internamente, pautados pela confiabilidade da informação, que utilizam dados baseados em parâmetros de mercado observáveis e/ou não observáveis.

### k) Estimativas contábeis

A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Itens significativos sujeitos a aplicação de estimativas e premissas incluem: a avaliação da realização da carteira de crédito para determinação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, os estudos técnicos para estimar os períodos de realização dos créditos tributários, assim como sua efetiva realização, a avaliação das contingências e obrigações, apuração das respectivas provisões e a avaliação de perda por redução ao valor recuperável de ativos. A liquidação das transações e os respectivos saldos contábeis apurados por meio da aplicação de estimativas poderão apresentar diferenças, devido a imprecisões inerentes ao processo de estimativas.

### 1) Resultados Recorrentes/Não Recorrentes:

Para o semestre findo em 30 de junho de 2025, não foram identificados itens classificados como não recorrentes, no contexto da Resolução BCB nº 2, de 27 de novembro de 2020.

### 4 Caixa e equivalentes de caixa

Em 30 de junho de 2025, as disponibilidades estão compostas como segue:

	de 2025
Disponibilidades	8.510
Aplicações interfinanceiras de liquidez (i) - Não ligadas	28.015
Total	36.525

(i) Operações aplicadas no método "overnight".

ao da jumbo

# Notas explicativas às demonstrações financeiras Em 30 de junho de 2025

# (Em milhares de reais)

### 5 Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos da Instituição, cujo propósito é de proteção dos passivos próprios encontram-se registrados em contas patrimoniais por valores compatíveis com os praticados pelo mercado.

Os instrumentos financeiros derivativos são valorizados a mercado com base nas cotações de instrumentos similares e/ou dos parâmetros de índices e moedas obtidos divulgadas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão.

A estratégia de hedge da Instituição visa proteger o risco da moeda estrangeira dos empréstimos no exterior, como disposto na Circular BACEN nº 3.082/02.

A relação entre o instrumento e o objeto de hedge, bem como os testes de efetividade, estão documentados e confirmam que os derivativos são altamente efetivos na compensação da variação do valor de mercado dos empréstimos no exterior.

Em 30 de junho de 2025, a Instituição tinha apenas operações com instrumentos financeiros derivativos com o propósito de mitigar o efeito da variação cambial das captações realizadas em moeda estrangeira. Tais operações foram designadas como hedge contábil de risco de mercado e foram realizadas no mercado de balcão, com instituições financeiras não ligadas e estão classificados no nível 2 da hierarquia do valor justo.

### a) Avaliação a valor de mercado:

Foi procedida avaliação a valor de mercado da captação em moeda estrangeira com operações de Swap, designadas instrumentos de hedge, em conformidade com a Circular BACEN  $n^{\rm o}$  3.082/02.

		30 de junho de			
Diferencial a receber/(pagar)					
	Valor	Custo	Valor de	Ajuste a	Receita
	nominal	atualizado	mercado	mercado	(Despesa)
Ativo					
EUR X PRÉ	512.278	5.756	7.261	1.505	71.882
Total do ativo	512.278	5.756	7.261	1.505	71.882
Passivo					
EUR X PRÉ	202.008	(4.620)	(2.362)	2.258	(119.820)
Total do passivo	202.008	(4.620)	(2.362)	2.258	(119.820)
TOTAL	714.286	1.136	4.899	3.763	(47.938)

# Notas explicativas às demonstrações financeiras Em 30 de junho de 2025

# (Em milhares de reais)

b) Composição dos instrumentos financeiros derivativos por faixa de vencimento:

30 de junho de 2025					
Faixa de vencimento	Diferencial a	Total			
raixa de vencimento	receber	pagar	Total		
Até 03 meses	-	(2.012)	(2.012)		
De 03 a 12 meses	2.398	(350)	2.048		
De 01 a 03 anos	4.863	-	4.863		
Total	<b>7.261</b>	(2.362)	4.899		

### 6 Operações de crédito

a) Composição da carteira de crédito por nível de risco e provisão para perda:

30 de junho de 2025			
	Saldo Devedor	Provisão	
Não Problemático			
Zero a 14 dias em atraso	3.651.761	(53.125)	
15 a 30 dias em atraso	15.130	(1.033)	
31 a 60 dias em atraso	9.588	(1.612)	
61 a 90 dias em atraso	2.945	(603)	
Total Não Problemático	3.679.423	(56.372)	
Problemático			
Menos que 91 dias em atraso	7.317	(2.675)	
91 a 120 dias em atraso	3.036	(1.014)	
121 a 150 dias em atraso	3.260	(1.200)	
151 a 180 dias em atraso	1.949	(783)	
181 a 210 dias em atraso	2.190	(955)	
211 a 240 dias em atraso	4.536	(2.132)	
241 a 270 dias em atraso	2.377	(1.198)	
271 a 300 dias em atraso	5.813	(3.128)	
301 a 330 dias em atraso	3.827	(2.189)	
331 a 359 dias em atraso	2.345	(1.421)	
Total Problemático	36.650	(16.694)	
Total Carteira	3.716.073	(73.066)	

# Notas explicativas às demonstrações financeiras Em 30 de junho de 2025

# (Em milhares de reais)

### b) Composição da carteira de crédito por segmento econômico e carteira:

30 de junho de 2025	
Retail CDC	
Indústria	56.174
Comércio	242.755
Serviços	534.097
Pessoa Física	1.803.872
Total Retail CDC (saldo bruto)	2.636.898
Provisão para perdas esperadas associadas	(55.059)
ao risco de crédito	(57.958)
Total Retail CDC (saldo líquido)	2.578.940
Floor Plan	
Comércio	1.079.175
Total Floor Plan (saldo bruto)	1.079.175
Provisão para perdas esperadas associadas	(1=100)
ao risco de crédito	(15.108)
Total Retail CDC (saldo líquido)	1.064.067
Total Operações de Crédito	3.643.007

Em 30 de junho de 2025 toda a carteira de operações de crédito está alocada como Carteira C2 - créditos garantidos por alienação fiduciária de bens móveis, para cálculo da provisão mínima.

## c) Composição da carteira de crédito por vencimento:

	30 de junho de 2025		
Parcelas em curso normal:	CDC	FLOOR PLAN	TOTAL
Vencidos até 14 dias e a vencer até 90 dias	419.904	314.718	734.622
De 91 até 360 dias	1.070.219	764.457	1.834.676
Acima de 360 dias	1.129.274	-	1.129.274
Subtotal	2.619.397	1.079.175	3.698.572
Parcelas vencidas:			
De 15 até 180 dias	10.000	-	10.000
De 180 até 360 dias	7.501	-	7.501
Subtotal	17.501	-	17.501
Total	2.636.898	1.079.175	3.716.073

# Notas explicativas às demonstrações financeiras Em 30 de junho de 2025

# (Em milhares de reais)

# d) Movimentação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito:

	CDC	FLOOR PLAN	TOTAL
Saldo em 31/12/2024	67.344	9.329	76.673
Ajustes de adoção inicial da Resolução 4.966	(1.688)	4.841	3.153
Saldo em 01/01/2025	65.656	14.170	79.826
Constituições	3.379	3.235	6.614
Reversões	(11.078)	(2.296)	(13.374)
Saldo em 30/06/2025	57.957	15.109	73.066

	30 de junho
	de 2025
Renegociações CDC	23.427
Reestruturações CDC	3.646
Recuperações CDC	4.638

### e) Concentração dos maiores devedores:

_	30 de junho de 2025	
10 maiores clientes	736.599	20%
50 seguintes maiores clientes	414.466	11%
100 seguintes maiores clientes	96.110	3%
Demais clientes	2.468.898	66%
Total	3.716.073	100%

### f) Resultado de operações de crédito:

	30 de junho de 2025
Rendas com operação de "CDC"	226.461
Rendas com operação de "Floorplan"	66.373
Recuperações de crédito	4.638
Baixas para prejuízo	(18.440)
Total	279.032

## 7 Depósitos

### a) Interfinanceiros

Referem-se às captações de recursos com a BMW Leasing do Brasil S.A e instituições financeiras, com vencimento até junho/2026, a taxas pré-fixadas que variam entre 13,29% e 14,20% ao ano.

# Notas explicativas às demonstrações financeiras Em 30 de junho de 2025

# (Em milhares de reais)

### b) A prazo

Referem-se às captações de recursos com concessionárias BMW, com a BMW do Brasil e com a BMW Manufacturing Indústria de Motos da Amazônia Ltda., com vencimento até novembro/2029, a taxas pós-fixadas de 97% a 100% CDI.

### c) Composição da carteira de depósitos por vencimento:

Depósitos Interfinanceiros:	30 de junho de 2025
Até 90 dias	16.361
De 91 até 360 dias	47.169
Acima de 360 dias	
Total	63.530
Depósitos prazo:	30 de junho de 2025
Até 90 dias	874.736
De 91 até 360 dias	1.011.137
Acima de 360 dias	364.742
Total	2.250.615

### d) Despesas com captação no mercado:

	30 de junho de 2025
Despesas de depósitos interfinanceiros	(3.448)
Despesas de depósitos a prazo	(124.775)
Total	(128.223)

### 8 Obrigações por empréstimos e repasses

Referem-se às captações no exterior provenientes das entidades na Holanda — BMW Holding B.V., no total de R\$ 758.692 em 30 de junho de 2025 (vide nota 12). As captações têm como último vencimento maio/2027, com indexadores em Euro e com taxas pré-fixadas que variam entre 1,57% e 3,23% ao ano. As taxas praticadas estão de acordo com a política do Grupo BMW, que utiliza ferramentas próprias de precificação com base no mercado internacional, e respeitam os preceitos exigidos para fins locais. No semestre findo em 30 de junho de 2025, o total do resultado com obrigações por empréstimos e repasses foi despesa de R\$ 7.439, sendo R\$ 121 referente a despesa de marcação a mercado do objeto de hedge.

### 9 Patrimônio líquido

### a) Capital social

O capital social é representado por 185.014.272 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal.

# Notas explicativas às demonstrações financeiras Em 30 de junho de 2025

# (Em milhares de reais)

Em 10 de abril de 2025, foi efetuada a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, que tratou de (a) aprovar, sem reservas, as contas dos administradores e as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024; (b) consignar que não haverá distribuição de dividendos aos acionistas; (c) eleger a Diretoria para o presente exercício social, consignando que a remuneração global e total atribuída à mesma será estabelecida em reunião de Diretoria e; (d) aprovar o aumento do capital social da Companhia, mediante a capitalização de reservas, no montante de R\$ 100.000 (cem milhões de reais), com a emissão de 72.755.510 (setenta e dois milhões, setecentos e cinquenta e cinco mil, quinhentos e dez) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, com aumento do número de ações ordinárias para 257.769.782.

A documentação foi homologada pelo Banco Central do Brasil em 13 de junho de 2024 e a Ata de Assembleia foi apresentada à Junta Comercial do Estado de São Paulo – JUCESP, tendo seu arquivamento registrado em 24 de julho de 2025.

### b) Dividendos

Aos acionistas está assegurado um dividendo mínimo de 1% sobre o lucro líquido do exercício, conforme Estatuto Social. A assembleia de acionistas pode, se não houver oposição de nenhum acionista presente, deliberar distribuição de dividendo inferior ao obrigatório ou a retenção de todo o lucro, nos ter nos termos do art. 202, parágrafo 3º da Lei nº 6.404/76. Nesse contexto, na Assembleia Geral Ordinária ocorrida em 10 de abril de 2025 foi deliberado a não distribuição de dividendos aos acionistas referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024. A reversão dos dividendos foi realizada após a homologação da Ata da Assembleia Geral Ordinária pelo Banco Central do Brasil.

### c) Reservas

### Reserva legal

Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do período, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória.

### Reservas de lucros

Referem-se aos lucros que deixaram de ser distribuídos aos acionistas. De acordo com a legislação em vigor, o saldo em Reservas de Lucros, exceto para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o Capital Social. Atingido esse limite, a próxima Assembleia, prevista para abril de 2026, deliberará sobre a aplicação do excesso na integralização do capital social ou na distribuição de dividendos.

# Notas explicativas às demonstrações financeiras Em 30 de junho de 2025

# (Em milhares de reais)

### 10 Imposto de renda e contribuição social

### a) Imposto de renda e contribuição social - valores correntes e diferidos:

	30 de junho de 2025		
	Imposto de Contribuiç		
	Renda	Social	
Resultado antes da tributação sobre o lucro	70.232	70.232	
Adições/(-) Exclusões permanentes:	6.754	5.938	
Adições/(-) Exclusões temporárias:			
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(5.159)	(5.159)	
Marcação a mercado – Swap e Empréstimos	9.564	9.564	
Contingências cíveis, fiscais e trabalhistas	58	58	
Provisões operacionais	(2.842)	(2.842)	
Base de cálculo	78.607	77.791	
Alíquota (IR 15%)	(11.791)	-	
Adicional (IR 10%)	(7.849)	-	
Alíquota (CS 15%)	-	(11.669)	
Ativo fiscal diferido	404	244_	
Efeito do IR e CS no resultado	(19.236)	(11.425)	

### b) Movimentação do ativo fiscal diferido:

	Saldo em 31/12/2024	Adição	(-) Baixa	Saldo em 30/06/2025
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	30.669	18.186	(24.837)	24.018
Perdas de Crédito e perda incorrida - adoção inicial	28.818	5.849	-	34.667
Outras (contingências, provisões operacionais, MTM e empréstimos)	8.500	4.200	(5.314)	7.386
Total	67.986	28.235	(30.151)	66.070

### c) Movimentação do passivo fiscal diferido:

	Saldo em 31/12/2024	Adição	(-) Baixa	Saldo em 30/06/2025
MtM Swap e Empréstimos	(6.786)	(103)	3.928	(2.961)
Total	(6.786)	(103)	3.928	(2.961)

A Administração da Instituição referendou o estudo técnico da realização dos créditos tributários, em conformidade com a Resolução CMN nº 4.842/2020, contemplando as regras de perdas incorridas nos recebimentos de créditos instituídas pelas Leis nº 14.467/22 e Lei nº 15.078/24.

Os créditos tributários foram constituídos sobre diferenças temporárias e, com base no estudo supracitado, foi possível estimar a geração de lucros tributáveis futuros sobre os quais ocorrerá a realização dos créditos tributários.

# Notas explicativas às demonstrações financeiras Em 30 de junho de 2025

# (Em milhares de reais)

O valor presente dos créditos tributários, constituído na data do balanço, calculado com base na taxa Selic é de R\$ 66.070. O valor presente dos passivos diferidos, constituído na data do balanço, calculado com base na taxa Selic é de R\$ 2.961. O valor atual dos créditos tributários, líquido de passivo diferido é de R\$ 63.109.

Em 30 de junho de 2025, a expectativa de realização dos créditos tributários é a seguinte:

30 de junho de 2025 Crédito Tributário e Passivo Diferido

	Valor Nominal	Valor Presente	
Em 2025	9.840	8.589	
Em 2026	11.095	9.779	
Em 2027	10.848	9.706	
Em 2028	6.466	5.860	
Em 2029	5.300	4.803	
Em 2030	19.559	17.724	
Total	63.109	56.461	

### 11 Passivos contingentes

Os passivos contingentes são registrados nos livros contábeis quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, forem considerados riscos de perda de uma ação judicial ou administrativa, com provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente seguranca.

### a) Contingências cíveis:

São ações judiciais de caráter indenizatório, medidas cautelares, ações de obrigação de fazer, declaratórias ou revisional de cláusulas contratuais, em que há probabilidade de desembolso financeiro. As ações são controladas individualmente e provisionadas de acordo com a avaliação de êxito/perda pelos assessores jurídicos, considerando a situação de cada processo, eventuais decisões judiciais prolatadas, bem como o entendimento do Poder Judiciário local, ou das Instâncias Superiores, quando houver, em relação ao assunto em discussão.

### b) Contingências trabalhistas:

São ações judiciais que visam o pagamento de verbas pleiteadas por colaboradores da instituição – empregados ou não - em que há probabilidade de desembolso financeiro. As ações são controladas individualmente e provisionadas de acordo com a avaliação de êxito/perda pelos assessores jurídicos, considerando a situação de cada processo, eventuais decisões judiciais prolatadas, bem como o entendimento do Poder Judiciário local, ou das Instâncias Superiores, quando houver, em relação ao assunto em discussão.

### c) Contingências passivas:

Os passivos contingentes mencionados nos itens anteriores referem-se às ações movidas contra a instituição e/ou que possuem algum tipo de pleito contrário à mesma.

Os passivos classificados como perdas prováveis estão integralmente contabilizados.

# Notas explicativas às demonstrações financeiras Em 30 de junho de 2025

# (Em milhares de reais)

Provisão para passivos contingentes	Cíveis	Fiscais	Trabalhistas	Total
Saldo em 31/12/2024	(667)	(3.464)	(1.189)	(5.320)
(-) Constituições	(129)	(132)	(37)	(298)
Reversões	240	-	-	240
Saldo em 30/06/2025	(556)	(3.596)	(1.226)	(5.378)

### d) Resumo de passivos contingentes, causas classificadas como possíveis:

	Causas po	Causas possíveis		
	30 de junho	30 de junho de 2025		
	Qtde	Montante		
	Processos	R\$		
Cíveis	112	12.775		
Trabalhistas	2	2.860		
Total	114	15.635		

As causas classificadas como possíveis referem-se a ações judiciais nas quais ainda não se pode precisar a probabilidade de perda, em razão da fase processual em que se encontram, bem como de divergência jurisprudencial sobre os temas discutidos.

As causas classificadas como remotas referem-se a ações judiciais nas quais a probabilidade de perda é considerada inexistente, de baixa probabilidade, ou onde seja impossível, no momento da avaliação, mensurar o risco, por falta de elementos de fato ou valorativos.

### 12 Partes relacionadas

As operações da Instituição são conduzidas levando em consideração a participação de empresas ligadas, inclusive quanto à prestação de serviços administrativos de forma centralizada, sendo estas divulgadas de acordo com o CPC o5 homologado pela Resolução CMN nº 3.750/09.

O controlador da BMW Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento é BMW España Finance, S.L.

### a) Transações com partes relacionadas

Os principais saldos mantidos com partes relacionadas em 30 de junho de 2025 podem ser demonstrados da seguinte forma:

# Notas explicativas às demonstrações financeiras Em 30 de junho de 2025

# (Em milhares de reais)

	Ativo (Passivo) 30 de junho	Receitas (Despesas) 30 de junho		
	de 2025	de 2025		
BMW do Brasil Ltda.				
Outros créditos - diversos	105			
Equalizações a receber	17.972	98.343		
Depósitos a prazo	(2.200.344)	(120.574)		
Outras obrigações – diversas	(422)	(1.497)		
BMW Manufacturing Indústria de				
Motos da Amazônia Ltda.				
Outros créditos - diversos	298	-		
Equalizações a receber	6.817	28.876		
Depósitos a prazo	(17.439)	(924)		
BMW Leasing do Brasil S/A				
Depósitos interfinanceiros	(63.530)	(3.448)		
BMW AG				
Outras obrigações — diversas	(15)	(205)		
BMW Finance N.V.				
Empréstimos em moeda estrangeira	(762.332)	(7.318)		
BMW Financial Services North				
America, LLC				
Outras obrigações — diversas	-	(213)		
BMW Bank GmbH Portugal				
Outras obrigações — diversas	-	(441)		

### b) Remuneração do pessoal-chave da administração

Pessoal-chave da administração são as pessoas com autoridade e responsabilidade pela direção e controle das atividades da Instituição e é composto pelos membros estatutários.

Salários e honorários da Administração	30 de junho de 2025
Remuneração da administração	2.904

A Instituição não possui benefícios de longo prazo, de pós-emprego, de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para o seu pessoal-chave da Administração.

# Notas explicativas às demonstrações financeiras Em 30 de junho de 2025

# (Em milhares de reais)

### 13 Outras informações

### a) Resumo da Descrição da Estrutura Integrada de Gerenciamento de Riscos:

Com o objetivo de atender as disposições dos normativos vigentes aplicáveis, emitidos pelos órgãos reguladores competentes, o Departamento de Riscos das empresas BMW Financeira S.A. - CFI e BMW Leasing do Brasil S.A. - Arrendamento Mercantil, denominadas em conjunto BMW Serviços Financeiros, é o responsável pelo gerenciamento dos riscos da instituição, sendo os mais relevantes:

- Risco de Crédito;
- Risco Operacional;
- Risco de Mercado e IRRBB (variação das taxas de juros em instrumentos classificados na carteira bancária);
- Risco de Liquidez;
- Risco de Segurança Cibernética; e
- Risco Social, Ambiental e Climático;

O Departamento de Riscos junto à instituição adota uma política conservadora em termos de exposição a riscos, emitindo diretrizes e fixando os limites definidos pela Alta Administração, em linha com as normas estabelecidas pelo Grupo BMW, conforme descrito nos materiais disponibilizados no sítio da Instituição e na Declaração de Apetite por Riscos (RAS), disponível em repositório interno.

Em suas atividades, a BMW Serviços Financeiros gerencia os riscos sob os quais está exposta de forma integrada, respeitando o seu Apetite a Risco, visando alcançar os objetivos estratégicos definidos. Para tanto, o Departamento de Riscos possui processos para identificar, mensurar, avaliar, reportar, controlar e mitigar os riscos sob os quais a instituição está sujeita.

### b) Risco de crédito

Definido como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

Visando realizar uma efetiva gestão e gerenciamento do risco de crédito, a Instituição estabelece provisões de risco de crédito adequadas ao grau de risco. Não obstante, monitora os valores das garantias contratuais e o comportamento da carteira.

### c) Risco operacional

Os Riscos Operacionais são definidos como aqueles capazes de causar perdas, financeiras ou não, em função das falhas nas atividades executadas por pessoas, sistemas, inadequação de processos, incluindo aquelas causadas por eventos externos.

Como parte do processo de Gerenciamento de Riscos Operacionais, existe um ciclo de atividades desenvolvidas durante cada exercício, no sentido de rever e identificar novos cenários de Risco Operacional, bem como Planos de Ação e Controles Internos para mitigar os mesmos. Também faz parte deste ciclo, o treinamento dos colaboradores da instituição.

# Notas explicativas às demonstrações financeiras Em 30 de junho de 2025

## (Em milhares de reais)

### d) Risco de Mercado, Liquidez e Variação de Taxas de Juros (IRBB)

Risco de Liquidez: Definido como a ocorrência de desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis – ocasionando em "descasamentos" entre pagamentos e recebimentos – que possam afetar a capacidade de pagamento da instituição, levando-se em consideração as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

Risco de Mercado: Definido como a possibilidade de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira, bem como de sua margem financeira, incluindo os riscos das operações sujeitas à variação cambial, da variação das taxas de juros para os instrumentos classificados na carteira bancária (IRRBB), dos preços de ações e dos preços de mercadorias ("commodities"). Dado o escopo restrito de operações realizadas pela BMW Serviços Financeiros e o portifólio de produtos oferecidos pela Instituição a exposição da BMW Serviços Financeiros ao Risco de Mercado se resume à exposição ao IRRBB, detalhado a seguir.

Risco de Variação de Taxa de Juros (IRRBB): Define-se o IRRBB como o risco, atual ou prospectivo, do impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da instituição financeira, para os instrumentos classificados na carteira bancária.

Em linha com os princípios da norma aplicável, a BMW Serviços Financeiros definiu uma política de gerenciamento do risco de mercado e liquidez, aprovada pela Diretoria. Não obstante, o controle das exposições de Risco de Mercado/Liquidez, é realizado dentro do comitê de riscos e com a matriz da BMW no exterior.

### e) Risco Cibernético:

Em linha com os princípios da norma aplicável, a BMW Serviços Financeiros definiu uma Política de Segurança Cibernética e Plano de Ação e Respostas a Incidentes, aprovados pela Diretoria, contemplando dentre outros aspectos, diretrizes que buscam assegurar a confidencialidade, a integridade e a disponibilidade dos dados e dos sistemas de informação utilizados.

### f) Riscos Social, Ambiental e Climático:

Conforme os princípios da norma aplicável, a BMW Serviços Financeiros estabelece processos para mitigar a exposição aos riscos social, ambiental e climático, com o objetivo de reduzir a capacidade desses riscos potencializarem demais riscos. Esse processo de mitigação passa pela identificação e pelo monitoramento da relação desses riscos com os riscos de crédito e de liquidez. Vale ressaltar que a relevância dos riscos Social, Ambiental e Climático, segundo critérios definidos pela BMW Serviços Financeiros, é considerada baixa.

### g) Patrimônio líquido exigido

O patrimônio líquido exigido é calculado com base nas demonstrações consolidadas – conglomerado prudencial – e os detalhes estão divulgados nas demonstrações da BMW Financeira S/A – CFI, líder do Conglomerado.

Em 30 de junho de 2025, a BMW Serviços Financeiros, encontra-se enquadrada no limite mínimo de patrimônio compatível com o risco da estrutura dos ativos conforme normas e instruções estabelecidas pela Resolução nº 2.099/94 e legislações complementares.

O índice da Basileia, apurado de forma consolidada para o Conglomerado Prudencial da BMW Serviços Financeiros, conforme as Resoluções  $n^{o}$ . 4.192/13 e 4.193/13, em 30 de junho de 2025 é de 16,42%.

# Notas explicativas às demonstrações financeiras Em 30 de junho de 2025

# (Em milhares de reais)

Conforme apresentado abaixo:

	30 de junho
	de 2025
Patrimônio de Referência (PR)	674.795
PR Mínimo para RWA	328.822
Margem para o Limite de Basileia - sem o RBAN	345.973
IB - Indice da Basileia	16,42%
Valor Correspondente ao RBAN	13.835
Margem para o Limite de Basileia - com o RBAN	126.625

### h) Gestão de Capital

Em cumprimento às disposições da norma aplicável e suas alterações, as informações sobre o gerenciamento de Risco de Capital das empresas BMW Financeira S.A. - CFI e BMW Leasing do Brasil S.A. - Arrendamento Mercantil, denominadas em conjunto "BMW Serviços Financeiros", são devidamente reportadas aos órgãos reguladores competentes.

A BMW Serviços Financeiros desenvolve políticas e estratégias para o Gerenciamento de Capital com o apoio de sua área de negócios, visando manter o capital em níveis adequados de acordo com a estratégia adotada em conjunto com a matriz. Para tanto, são utilizadas informações oriundas de metodologias oficiais de planejamento do Grupo BMW, garantindo o processo e a produção das informações de suporte ao gerenciamento de capital, cujos resultados são apresentados e monitorados pelo Comitês de Risco.

### i) Outros créditos:

	30 de junho
	de 2025
Créditos tributários (Nota 10 - B)	66.070
Impostos a compensar	3.116
Valores a receber - Partes relacionadas (Nota 12 - A)	25.192
Fiscais e previdenciárias	24.500
Depósitos judiciais	940
Diversos	3.951
Total	123.769
Circulante	56.759
Longo Prazo	67.010
Total	123.769

# Notas explicativas às demonstrações financeiras Em 30 de junho de 2025

# (Em milhares de reais)

### j) Outras obrigações:

	30 de junho
	de 2025
Provisões para pagamentos a efetuar	(19.609)
Provisões para passivos contingentes (Nota 11 - C)	(5.378)
Provisões folha de pagamento	(2.645)
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	(2.320)
Fiscais e previdenciárias	(37.083)
Obrigações fiscais diferidas	(2.961)
Equalização de taxas a diferir	(53.767)
Diversas	(5.079)
Total	(128.842)
Circulante	(82.139)
Longo Prazo	(46.703)
Total	(128.842)

### k) Receitas de prestação de serviços e tarifas bancárias:

		30 de junho
		de 2025
Receita o	com taxa de cadastro (i)	2.280
Total		2.280
(i)	Compõe a taxa efetiva de juros.	

### 1) Outras despesas administrativas:

	30 de junho
	de 2025
Despesa com processamento de dados	(3.724)
Despesa com serviços de terceiros	(4.282)
Despesa com serviços técnicos especializados	(4.580)
Despesas com auditoria externa	(58)
Despesas com seguros	(851)
Despesas com marketing	(963)
Despesa com aluguel	(705)
Despesas com cobrança	(2.625)
Despesas bancárias	(861)
Diversos	(1.243)
Total	(19.892)

### m) Despesas tributárias:

	30 de junho
	de 2025
PIS/COFINS	(4.707)
Impostos sobre importação (serviços)	(222)
ISS	(684)
Outros tributos	(8)
Total	(5.621)

# Notas explicativas às demonstrações financeiras Em 30 de junho de 2025

# (Em milhares de reais)

### n) Outras receitas operacionais:

	30 de junho de 2025
Outras reversões de provisão	906
Receitas de acordos operacionais (i)	6.331
Outras receitas operacionais	85_
Total	7.322

(i) Receita com acordos operacionais de operações de consórcio e seguros.

### o) Outras despesas operacionais:

	30 de junho
	de 2025
Despesas com comissões e premiações	(6.712)
Despesas com provisão para contingências	(58)
Despesas com indenizações	(422)
Despesas com liquidações antecipadas	(587)
Despesas com subsídio e desconto BMW do Brasil Ltda.	(3)
Outras despesas operacionais	(225)
Total	(8.007)

# DIRETORIA

Mario Andreas Janssen – Diretor Presidente

Ricardo Cardoso - Diretor

Marianne Resmond Cruz Losito - Diretora

\*\*

Marianthe Gabriades Contadora CRC 1SP185296/O-0

\* \* \*